

POLÍTICAS
EDUCACIONAIS:
DIMENSÕES E
PERSPECTIVAS

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Antônio Cabral Neto
Magna França
(organizadores)

POLÍTICAS
EDUCACIONAIS:
DIMENSÕES E
PERSPECTIVAS

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas educacionais : dimensões e perspectivas / Antônio Cabral Neto, Magna França (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-456-4

1. Avaliação educacional 2. Educação 3. Educação a distância
4. Educação ambiental 5. Educação superior 6. Pesquisa educacional 7. Política educacional I. Cabral Neto, Antônio.
II. França, Magna. III. Série.

16-08966

CDD-371

Índices para catálogo sistemático:

1. Política educacional : Educação 371

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

apoio institucional:

PPGED/Universidade Federal do Rio Grande do Norte

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2016

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

capítulo 1

POLÍTICA EDUCACIONAL:
CONTEXTO E SIGNIFICADOS 19

Antônio Cabral Neto

capítulo 2

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: EMBATES
POLÍTICOS E CONCEITUAIS EM TORNO
DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS 55

Antônio Lisboa Leitão de Souza e Magnus José Barros Gonzaga

capítulo 3 4

EXPANSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS:
MOVIMENTOS DO ACESSO NA UFRN 75

Maria Goretti Cabral Barbalho

capítulo 4

OS DESAFIOS DO FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR: O CONTEXTO
DA EUROPA E DE PORTUGAL 99

Maria Luísa Machado Cerdeira

capítulo 5

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO: AS DISPUTAS PELA
VINCULAÇÃO DE RECURSOS À EDUCAÇÃO PÚBLICA . . . 123

Andréa Barbosa Gouveia

capítulo 6

O VENCIMENTO POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR DA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RN E O PISO SALARIAL
PROFISSIONAL NACIONAL (2009-2014) 153

Magna França e Fádyla Késsia Rocha de Araújo

capítulo 7

O TRABALHO: A CONCEPÇÃO DE DOCENTES,
GESTORES E PEDAGOGOS QUE ATUAM NO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO. 181

*Dante Henrique Moura, José Moisés Nunes da Silva e
Maria das Graças Baracho*

capítulo 8

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO: TECENDO RELAÇÕES 209

*Larissa Fernanda dos Santos Oliveira e
Luciane Terra dos Santos Garcia*

capítulo 9

INTERFACES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE
GESTORES ESCOLARES A DISTÂNCIA 233

Gercina Dalva e Maria Aparecida de Queiroz

capítulo 10

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E AS REPERCUSSÕES
PARA OS CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. 261

Sueldes de Araújo e Alda Maria Duarte Araújo Castro

SOBRE OS AUTORES. 291

APRESENTAÇÃO

A política educacional é um tema recorrente em publicações na área de educação. A sua pertinência vincula-se ao fato de que, permanentemente, os governos estão formulando instrumentos normativos, planos, programas e projetos que constituem o corpus da política pública para o campo da educação. A implementação de ações, resultante dessa política, busca reconfigurar a realidade dos sistemas educacionais que, no caso brasileiro são recortados por dificuldades históricas em decorrência da forma retardatária com que o país se insere nesse movimento de acesso da população à educação.

Embora nos últimos anos tenham-se ampliado as possibilidades de acesso ao sistema educacional, persistem, ainda, muitas lacunas a serem preenchidas, notadamente no que concerne à qualidade do ensino ministrado, às melhores condições de trabalho para os docentes, ao acesso aos níveis mais elevados de educação (sobretudo a superior), à gestão democrática dos sistemas educacionais e das escolas. As leis, os planos e os programas concebidos (e não são poucos) contemplam ações que não se materializam na sua plenitude na ponta do sistema, contribuindo, desse modo, para a permanência dessa situação que pode ser considerada pouco confortável para um país como o Brasil, classificado como a sétima economia mundial.

Basta lembrar que as ações delineadas no Plano Nacional de Educação (2001-2010), como indica a maioria das análises, tiveram pouco impacto para alterar a precária situação educacional em vários aspectos. Para isso, contribuiu de forma acentuada a falta de recursos financeiros que fornecessem o lastro para viabilização das ações desse plano. Somente após três anos de finalização do citado PNE, tem-se um novo Plano Nacional de Educação aprovado, em julho de 2014, o que já denota indícios de pouca prioridade a essa área.

No período de ausência de um plano nacional (2011-2014) as ações educacionais foram delineadas em programas dispersos e sobrepostos, acarretando, por conseguinte, uma falta de unidade das ações para orientar os sistemas educacionais. O atual PNE aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República, passou por um longo processo de discussão e disputas em várias áreas, mas foi, sobretudo, no tema do financiamento que a polêmica se tornou mais acentuada. Finalmente, na sua versão final, foi contemplada a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, embora o próprio plano tenha deixado “brechas” para que parte desses recursos possa ser utilizada com programas que financiam a iniciativa privada. Resta, agora, garantir que os recursos cheguem, de fato, à ponta do sistema e produzam melhores resultados, notadamente, no que concerne à qualidade do ensino.

Nesse processo de discussão do PNE, a Linha de Pesquisa Política e *Práxis* da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, desempenhou papel importante visto que coordenou e participou de todos os debates realizados no Estado do Rio Grande do Norte, por meio das Conferências Estadual, Intermunicipais e Municipais de Educação que forneceram subsídios para a realização da Conferência Nacional de Educação. Essa condição foi propiciada pelo fato de o grupo que compõe a mencionada linha de pesquisa ter uma produção acadêmica relevante publicada em livros e artigos de periódicos, decorrente

de investigações que tomam a política educacional como foco de análise.

Desse modo, o livro intitulado *Políticas Educacionais: dimensões e perspectivas* se situa no âmbito das análises que os pesquisadores vêm desenvolvendo sobre os mais variados ângulos da política educacional. Congrega uma reflexão crítica e rigorosa sobre a mencionada temática, com base em resultados de pesquisas desenvolvidas e, ao mesmo tempo, reafirma uma característica da produção acadêmica e das análises contextualizadas efetivadas historicamente pelos autores. A Coletânea incorpora, também, a contribuição de dois pesquisadores externos à UFRN, sendo um brasileiro e outro estrangeiro que trazem contribuições pertinentes sobre o tema do financiamento da educação no Brasil e em Portugal. Os temas abordados na coletânea estão relacionados com educação superior, educação ambiental, financiamento, educação e trabalho, avaliação institucional e educação a distância.

O capítulo que abre o livro denominado de *Política Educacional: contexto e significados*, de autoria do professor Antônio Cabral Neto (UFRN), desenvolve uma discussão sobre a política educacional e sua configuração no atual momento histórico. Na reflexão, o autor parte da tese de que, para compreender o redesenho das políticas educacionais nas últimas décadas, precisa-se, necessariamente, situá-las no contexto socioeconômico e político no qual elas são concebidas e ganham materialidade. O texto organiza-se em duas partes. Na primeira, faz uma incursão mais geral na literatura, procurando delinear as principais mudanças econômicas e políticas (neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva) que se operam no padrão de acumulação capitalista nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos na primeira década do século XXI. Na segunda parte, discute como as mudanças ocorridas, nesse cenário, (re)configuram as bases da política educacional e lhes dão novos significados.

O segundo artigo, *A educação ambiental no âmbito das políticas públicas no Brasil: embates políticos e conceituais em*

torno das ações governamentais, escrito por Antônio Lisboa Leitão de Souza, professor da UFCG e Magnus José Barros Gonzaga, doutorando do PPGED/UFRN, congrega uma discussão sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) no Brasil enquanto campo de conhecimento e de política pública específica do Estado brasileiro. Discute o seu percurso histórico, os embates e os conflitos estabelecidos, bem como a disputa conceitual e ideológica existente na área durante o seu processo de formação. A análise evidencia, inicialmente, as ações do Estado, do governo e da sociedade civil, bem como a concepção disseminada no campo da EA. Em seguida, aborda a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), destacando o respectivo processo de concepção, seus limites e os desafios para a sua efetivação como política pública de Estado no Brasil. Destaca, por fim, que a produção acadêmico-científica e epistemológica que tem caracterizado esse campo do conhecimento, nas últimas décadas, atesta a necessidade de superação da timidez e da letargia com que o Estado tem atuado no campo das políticas públicas, particularmente no setor educacional, dificultando, dessa forma, uma ação efetiva e emancipadora no que diz respeito à EA no país.

O terceiro artigo, com o título *Expansão nas universidades públicas: movimentos do acesso na UFRN*, de autoria da professora Maria Goretti Cabral Barbalho da UFRN, discute o processo de expansão da educação superior no Brasil e suas particularidades na UFRN. A autora argumenta que a expansão do ensino superior no País tem acompanhado o modelo de desenvolvimento implementado e tem procurado responder às suas necessidades. Consta que a década de 1980 foi marcada pela estagnação na área do ensino superior, o que contribuiu para uma política deliberada, por parte do governo, de limitar as autorizações para novos cursos; bem como a saturação do mercado de trabalho para muitas profissões, desestimulando a demanda e a crise econômica de 1970, contribuindo, assim, para reduzir as matrículas de estudantes no setor privado e no setor público. A análise evidencia, também, que

a *década de 1990* foi caracterizada como de acentuada expansão do ensino superior que pode ser aferida pela ampliação do acesso, por meio do crescimento do número de matrícula, do aumento e diversificação de instituições e de cursos, bem como pelo aumento no número de professores. Segundo a autora essas são estratégias que seguem o modelo adotado para a região latino-americana, cuja centralidade da educação se apresenta em consonância com o que propõe o mercado, o que induz a uma expansão da educação superior privada sem que, no entanto, haja uma pertinente inspeção da qualidade de ensino que é oferecido. Na sequência textual, a autora analisa o processo de expansão do ensino superior no Rio Grande do Norte e, particularmente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no período de 2003 a 2012, tomando, como referência, o crescimento dos cursos, a evolução do número de vagas, dos ingressos, das matrículas e dos concluintes. Relaciona a expansão quantitativa com os indicadores de qualidade, identificados no principal marco regulatório para esse setor, a LDB, Lei nº 9.394/96, dentre eles, o número de funções docentes por titulação, o regime de trabalho e tipo de contratação.

O quarto capítulo, denominado *Os desafios do financiamento do ensino superior: o contexto da Europa e de Portugal*, elaborado pela professora Maria Luísa Machado Cerdeira, do Instituto de Educação, da Universidade de Lisboa, Portugal acentua que a educação, em geral, e o ensino superior, em particular, constituem alavancas importantes para a qualificação dos cidadãos, para o desenvolvimento das Nações, e para o bem-estar dos povos. Realça que o cultivo científico dos saberes em todos os ramos de especialidade, a formação dos membros de uma coletividade de acordo com elevados padrões de exigência, uma perspectiva fundamentada e crítica sobre os complexos problemas que se nos afetam – correspondem a vetores essenciais da atividade do ensino superior, e definem-lhe os desafios de um cumprimento efetivo da sua função social. Argumenta que, na maioria dos países ocidentais, os Governos assumiram até aos anos oitenta do século XX a principal

responsabilidade de financiar as universidades. Ressalva, contudo, que, nas últimas décadas, têm ocorrido mudanças significativas, com os Governos reduzindo os investimentos no ensino superior (muitas vezes pelas dificuldades orçamentais em que se encontravam, ou mesmo por opção ideológica quanto à intervenção do Estado na Educação) e com mudanças importantes na forma de perspetivar a responsabilidade do Estado/Governos (redução da dependência dos fundos públicos); aumento da diversificação das fontes de financiamento; procura de mecanismos de destinação de recursos baseados nos resultados. Destaca que no caso de Portugal, a austeridade a que o país tem sido submetido tem imposto dificuldades a muitos estudantes e às suas famílias para pagar as suas despesas – custos de educação (mensalidades, taxas, livros, equipamentos, outros materiais) e custos de vida (alojamento, alimentação, transporte, comunicações, etc.) – com consequências notórias na acessibilidade do ensino superior. Com base nessa reflexão inicial, a autora apresenta algumas das tendências seguidas em termos internacionais e europeus nas políticas de financiamento do ensino superior, imprimindo um enfoque especial ao caso de Portugal e aos impactos negativos da política de austeridade na acessibilidade do ensino superior.

O quinto capítulo, denominado *O financiamento da educação no Brasil pós redemocratização: as disputas pela vinculação de recursos à educação pública*, escrito por Andréa Barbosa Gouveia, professora da Universidade Federal do Paraná, argumenta que o debate sobre o financiamento da educação no Brasil, tem como marco fundamental o ano de 1984, com a aprovação da Emenda João Calmon, que retoma o princípio da vinculação constitucional de recursos para educação. Assinala que a aprovação da Constituição Federal de 1988 consolida o ciclo de redemocratização e reafirma o princípio de vinculação de impostos para a educação. Essa estratégia de proteção do investimento em educação encontrou, na década de 1990, um redesenho sustentado nas ideias gerencialistas da reforma do Estado que impõe uma perspectiva de economia de recursos, o

que se concretizou na estratégia de uma subvinculação de recursos e sua redistribuição entre os entes federados brasileiros. Afirma que o Fundef teve efeitos sobre a expansão do ensino fundamental, porém a década de sua vigência evidencia a insuficiência dessa prioridade em face da demanda educacional. Complementa, ainda, que os anos 2000 foram palco do debate da necessidade de expansão da política de fundos e, com isto, o Fundef foi substituído pelo Fundeb. Nesse contexto, a disputa entre a suficiência ou não de recursos para o desenvolvimento da educação no Brasil continua central e, nesse tensionamento, chega-se à década de 2010 com as disputas sobre a necessidade de um patamar de investimento em educação de 10% do PIB nacional para educação pública. No desenvolvimento da reflexão esboçada neste texto, a autora põe em relevo a permanente tensão em torno da demanda por mais recursos para educação.

O sexto capítulo, elaborado por Magna França, professora da UFRN, e Fádyla Késsia Rocha de Araújo, doutoranda do PPGED/UFRN, intitula-se *O vencimento do professor por titulação da rede estadual de ensino do RN e o piso salarial profissional nacional (2009-2014)*. Nele, as autoras defendem que a valorização do profissional docente constitui um tema abrangente demandando estudos variados cujos resultados devem repercutir nas políticas educacionais – na carreira, na remuneração, na formação e na condição de trabalho, coletivamente. A partir desse entendimento, analisam a implementação do PSPN na carreira dos professores da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, no período 2009 a 2014, observando a diferença entre os vencimentos de cada nível. Destacam que, no Rio Grande do Norte, à semelhança dos demais estados brasileiros, a implementação do PCCR (com reajustes nas tabelas salariais) e o PSPN da rede estadual de ensino são pautas de movimentos da categoria docente e de acordos entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e o governo. O trabalho apresenta informações referentes às diretrizes e legislações sobre o PCCR e o PSPN em articulação com a política de valorização dos professores (vencimento e remuneração). Consta que a

Rede Estadual de Ensino do RN atende à Lei Complementar nº 322/2006, no que se refere à diferenciação nos vencimentos entre os professores “NI-A”, “NIII-A”, NIV-A e NV-A, ou seja, a rede estadual está em sintonia com o PSPN e o atual PCCR, no período analisado. Ademais, as autoras assumem que a valorização do magistério refere-se, também, à carreira, o que compreende a política de progressão e mudança de nível (promoção), e isso ocorre de forma limitada na rede de ensino ora analisada, o que inviabiliza a efetivação de uma política de valorização docente.

O sétimo capítulo com o título *O trabalho: a concepção de docentes, gestores e pedagogos que atuam no ensino médio integrado*, de autoria dos professores Dante Henrique Moura, professor do PPGED/UFRN, José Moisés Nunes da Silva e Maria das Graças Baracho, doutorandos do PPGED/UFRN, aborda o trabalho como atividade especificamente humana, assinalando que ele se constitui em uma das dimensões do eixo estruturante do currículo dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) aos cursos técnicos de nível médio, na perspectiva da formação humana integral. A discussão é subsidiada pelos resultados de uma pesquisa desenvolvida no período 2008 a 2010, pelo Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), intitulada Investigando a implementação do ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio no CEFET-RN. Neste texto, um recorte das análises da pesquisa, os autores discutem a concepção de trabalho expressa por docentes, gestores acadêmicos e pedagogos que atuam no EMI (*regular* e modalidade EJA) nos *campi* do IFRN. O texto assume como pressuposto que o trabalho tem duas dimensões indissociáveis. A ontológica, trabalho como mediação de primeira ordem entre o ser humano e a natureza, ou seja, atividade ontocriativa por meio da qual o ser humano produz a sua própria existência em sua relação com a natureza; e a histórica, representada pelas diversas formas históricas de trabalho vivenciadas pelos humanos ao longo do tempo, como o trabalho nas sociedades primitivas, o trabalho

servil no feudalismo, o trabalho escravo e o trabalho assalariado na sociedade capitalista. Assim, contraditoriamente, o trabalho é, ao mesmo tempo, atividade libertadora e degradante, torturante (*tripalium*). A análise empreendida permitiu concluir que a maioria dos sujeitos entrevistados apresentam uma concepção unilateral da categoria investigada; entendem o trabalho, apenas, em sua dimensão histórica atual, ou seja, trabalho como emprego na ordem capitalista. Tal concepção reducionista de trabalho dificulta a materialização do EMI, visto que, a partir dela, se concebe, também, que o papel da educação consiste em formar pessoas para o trabalho, sendo esse compreendido, apenas, como emprego ou atividade assalariada. Os autores esclarecem que há vários aspectos que influem diretamente na materialização do EMI e que estão, inclusive, fora dos limites institucionais. Ademais, elucidam que as conclusões alcançadas não ensejam responsabilizar os docentes, os pedagogos e os gestores acadêmicos pelo êxito ou insucesso da formação no EMI. Concluem que é fundamental que a Instituição elabore e desenvolva um programa de formação continuada desses profissionais, centrado na EP e, especialmente, em sua integração com o EM, considerando a oferta regular e a modalidade EJA.

O oitavo capítulo, intitulado *Autoavaliação institucional e projeto político-pedagógico: tecendo relações*, escrito por Larissa Fernanda dos Santos Oliveira, mestranda do PPGED/UFRN e Luciane Terra dos Santos Garcia, docente do PPGED/UFRN, analisa as relações existentes entre o projeto político-pedagógico e o processo de autoavaliação institucional desenvolvidos pela Escola Municipal Estudante Emmanuel Bezerra, situada na zona oeste de Natal, Rio Grande do Norte. A reflexão desenvolvida pelas autoras destaca que as atuais políticas educacionais enfatizam a avaliação institucional externa aos sistemas escolares como meio de controle do trabalho educativo, de responsabilização dos sujeitos pelos resultados desse trabalho e de melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Destacam que a avaliação de sistemas pode auxiliar na melhoria dos serviços educacionais oferecidos à

população, quando empreendida com o propósito de promover o desenvolvimento humano, tendo a participação democrática como princípio orientador. Da mesma forma, as avaliações institucionais internas às escolas podem gerar dados relevantes para que os profissionais analisem, criticamente, o próprio trabalho e orientem as melhorias que devem ser assumidas pelas diferentes instâncias responsáveis, direta ou indiretamente, pelo processo ensino-aprendizagem. Em uma perspectiva formativa e democrática, a avaliação aponta caminhos que auxiliam na construção de uma educação de qualidade social e no desenvolvimento da instituição como um todo. Argumentam as autoras que as escolas devem não apenas utilizar os resultados das avaliações externas para analisar o seu trabalho, mas também complementá-los com outros dados provenientes de autoavaliações institucionais. Esse processo deve ter como base o projeto político-pedagógico, que tanto representa a identidade da escola e os compromissos assumidos pela comunidade quanto traz as propostas que esta se compromete a concretizar. A sua interlocução com a proposta pedagógica é essencial para que os sujeitos analisem se ocorrem aproximações dos valores e objetivos estabelecidos e se as ações que empreendem colaboram para a eficiência dos processos educativos.

O nono capítulo, nominado de *Interfaces e desafios na formação de gestores escolares a distância*, de autoria de Gercina Dalva, doutoranda do PPGED/UFRN e Maria Aparecida de Queiroz, professora do PPGED/UFRN, analisa aspectos teóricos e metodológicos das atividades postadas pelos cursistas na plataforma *moodle*, ferramenta tecnológica que hospedou o curso *lato sensu* para gestores escolares públicas no Rio Grande do Norte no período 2009-2011. A programação do curso consta de leituras, atividades e reflexões acerca da organização e da manutenção da escola onde os cursistas atuam concomitante à formação. Os dados da investigação foram extraídos das atividades da base de dados e analisados à luz da literatura sobre a temática e da experiência das pesquisadoras. O foco de análise foi a Sala ambiente Política e Gestão na Educação,

e, nela, a unidade III - Financiamento da educação e a gestão escolar organizada – centrando-se em indícios de desafios enfrentados pelos gestores para compreender a dinâmica das políticas de manutenção financeira da escola, tomando, como referência, os fundamentos teóricos e metodológicos assimilados no decorrer do curso. Os resultados vislumbram possibilidades de identificar interfaces do processo de formação com as reflexões sobre a organização do trabalho de gestão escolar, sinalizando, assim, a importância do processo de formação em serviço para o exercício da função.

O décimo capítulo, intitulado *Concepções pedagógicas e as repercussões* para os cursos de educação a distância, de autoria de Sueldes de Araújo, doutorando do PPGED/UFRN e Alda Maria Duarte Araújo Castro, professora do PPGED da UFRN, analisa as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a educação do século XX e suas repercussões nos cursos de educação a distância. Inicialmente, o texto discute as diferentes correntes filosóficas e sociológicas que foram se constituindo em diferentes momentos históricos e que tinham como objetivo instituir modelos para a formação humana. Em seguida, discute as abordagens pedagógicas oriundas das diferentes matrizes teóricas que se constituem como tendências das práticas educacionais e se materializam na realidade brasileira. Analisa, sobretudo, a contribuição dessas tendências na definição dos modelos de cursos adotados na modalidade a distância. Discute, também, as diferentes tipologias de cursos de educação a distância que vêm sendo veiculadas no Brasil e sua filiação a correntes filosóficas mais conservadoras ou progressistas, definidas em suas metodologias, em materiais pedagógicos e na prática docente. Constatou que os cursos de educação a distância, na atualidade, apresentam diversos formatos e que privilegia, na maioria das vezes, uma concepção mais conservadora e instrumental de tendência pedagógica, apesar de que, na atualidade, há um avanço para cursos que buscam minimizar essa tendência com o uso das modernas tecnologias da comunicação e da informação.

As análises efetivadas pelos autores, no conjunto dos artigos que compõem este livro, indicam que vêm ocorrendo, nas últimas décadas, mudanças nas políticas educacionais, no país, porém atestam que persistem sérias lacunas que necessitam ser redimensionadas para que se possa atingir níveis educacionais satisfatórios. É necessário que as intenções declaradas nos planos, em todas as instâncias, recebam atenção dos governos no sentido de criar as condições para que se superem os discursos “enfeitados” da política e se construam estratégias para uma intervenção consistente que resolva os históricos problemas existentes nos sistemas educacionais. Essa é uma expectativa criada, sobretudo, com a aprovação recente do Plano Nacional de Educação.

Tem-se clareza de que as análises aqui formuladas não esgotam as possibilidades interpretativas que essa temática, pela sua complexidade, apresenta; contudo as ideias sistematizadas na obra deixam uma excelente contribuição para trazer, à tona, as permanentes tensões e contradições que permeiam a elaboração e a implementação da política educacional. Essa é, pois, mais uma contribuição que a Linha de Pesquisa Política e *Práxis* da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio do Norte, traz a público com o objetivo de fomentar, entre os seus pares, o debate circunstanciado do tema das políticas educacionais e oferecer subsídios aos formuladores e executores dessas políticas.

Por fim, demarca-se que as contribuições que estão materializadas neste livro são decorrentes de resultados de investigações desenvolvidas pelos pesquisadores e devem ser consideradas como uma contribuição na perspectiva de pensar um projeto educativo, como política de estado, que contribua, definitivamente, para a superação da dívida histórica que o poder público tem com a sociedade brasileira.

Os organizadores